

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.515.477 - RN (2019/0155600-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : JOSE JAILSON CORTES
ADVOGADOS : ARMINDO AUGUSTO ALBUQUERQUE NETO - RN001927
ANA CECÍLIA LOPES DE MEDEIROS ALBUQUERQUE -
RN010986
KARINA AGLIO AMORIM MARQUES - RN010779
MATHEUS BRUNO MEDEIROS WANDERLEY - RN012561
AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : MARIA LAURA DOMINGUES DE OLIVEIRA ALCOFORADO -
PE008895

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 187):

CIVIL E PROCESSO CIVIL. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. DESNECESSIDADE DE PERÍCIA. TEORIA DA IMPREVISÃO. INAPLICABILIDADE. JUSTA RECUSA DO CREDOR. PRINCÍPIO DA SUCUMBÊNCIA. APELO IMPROVIDO.

1. Apelação em face de sentença julgou improcedente a demanda, reconhecendo a justa causa da CEF em recusar o pagamento da dívida na forma pleiteada nos autos, uma vez que não é obrigada a receber seu crédito em prestações diversas do que foi firmado em contrato.
2. O apelante busca, por meio de ação de consignação em pagamento, estender o prazo para adimplemento dos contratos que possui com CEF apontando a necessidade de aplicação da teoria da imprevisão.
3. Desnecessidade de realização de perícia, pois o apelante não aponta quais cláusulas dos contratos são abusivas e que deveriam ser excluídas para fins de apuração da dívida, tampouco foi juntada planilha de cálculos que revele os valores que entende como devidos.
4. Ressalte-se que as regras do Diploma Consumerista não se aplicam aos contratos de mútuo bancário para aquisição de capital para pessoa jurídica, uma vez que a empresa tomadora do empréstimo não se conforma ao conceito de consumidor.
5. Crise econômica sofrida pelo apelante não se enquadra como evento extraordinário e imprevisível a amparar a aplicação da teoria

Superior Tribunal de Justiça

da imprevisão e da cláusula, tratando-se, portanto, de rebus sic stantibus fato decorrente do próprio exercício da atividade comercial por ela desenvolvida.

6. A alegação de excessiva onerosidade decorrente da situação econômica do país não é suficiente para que o Judiciário substitua as partes e modifique a relação obrigacional por elas estabelecida, sob pena de violação ao Princípio do Pacta Sunt Servanda.

7. Recusa legítima da instituição bancária em receber as parcelas de pagamento da dívida de forma distinta da pactuada entre as partes, nos termos do art. 544, II do CPC.

8. Insubsistência da tese de inversão da condenação honorários, uma vez que o demandante, ora apelante, foi a parte vencida na lide, mostrando-se aplicável o princípio da sucumbência para a manutenção dos ônus sucumbenciais em seu desfavor, nos termos do art. 85 do CPC.

9. Apelo improvido.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação dos arts. 478 a 480 do Código Civil; bem como divergência jurisprudencial.

Sustenta a ilegalidade do acórdão recorrido, o qual impediu que o recorrente obtivesse direito à revisão equitativa do contrato com base na teoria da imprevisão, a fim de promover a adequação do número de parcelas restantes para quitação da avença, o que se mostra necessário ante a alteração substancial do quadro fático subjacente à demanda, de modo a evitar lesão extrema ao recorrente.

Contrarrazões apresentadas.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

Inicialmente, observo que o conteúdo normativo dos arts. 478 a 480 do Código Civil não foi objeto de exame pela Corte de origem, muito menos foram opostos embargos de declaração para suprir eventual omissão do julgado quanto a esse aspecto, revelando-se inviável a análise dos referidos dispositivos legais, pois ausente o requisito do prequestionamento. Incidem, na espécie, portanto, os óbices previstos nas Súmulas

282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

Ademais, verifico que a matéria foi decidida pelo Tribunal de origem com base em circunstâncias fáticas e probatórias inerentes à causa, conforme se depreende da fundamentação do acórdão recorrido (e-STJ, fls. 190-191):

Primeiramente, vejo que o apelante não aponta quais cláusulas dos contratos são abusivas e deveriam ser excluídas para fins de apuração da dívida, tampouco foi juntada planilha de cálculos que revele os valores que entende como devidos, o que evidencia a desnecessidade da realização de perícia na instrução processual quando o feito já se encontra apto para julgamento, conforme permitido no art. 355, I do CPC/2015.

O simples fato de o CDC se aplicar às instituições financeiras (Súmula 297 do STJ), não implica dizer que o Judiciário deva revisar de ofício as cláusulas contratuais, mesmo porque, consoante decidido no REsp 1061530/RS, sob a sistemática dos recursos repetitivos, é vedado aos juízes de primeiro e segundo graus de jurisdição julgar, com fundamento no art. 51 do CDC, sem pedido expresse, a abusividade de cláusulas nos contratos bancários, precisando que o consumidor indique a cláusula a ser considerada nula.

Outrossim, ressalte-se que as regras do Diploma Consumerista não se aplicam aos contratos de mútuo bancário para aquisição de capital para pessoa jurídica, uma vez que a empresa tomadora do empréstimo não se conforma ao conceito de consumidor (Processo n.º 08006259220184050000, DESEMBARGADOR FEDERAL LEONARDO AUGUSTO NUNES COUTINHO, 4ª Turma, JULGAMENTO: 14/05/2018).

Da leitura da peça recursal, verifica-se que o demandante, ora apelante, busca, por meio de ação de consignação em pagamento, estender o prazo para adimplemento dos contratos que possui com CEF apontando a necessidade de aplicação da teoria da imprevisão.

Nesse passo, entendo descabido o pleito recursal, porque a alegação de crise econômica sofrida pela apelante não se enquadra como evento extraordinário e imprevisível a amparar a aplicação da teoria da imprevisão e da cláusula rebus sic stantibus, tratando-se, portanto, de fato decorrente do próprio exercício da atividade comercial por ela desenvolvida.

Consoante entendimento assente deste Tribunal, a alegação de excessiva onerosidade decorrente da situação econômica do país não é suficiente para que o Judiciário substitua as partes e modifique a

Superior Tribunal de Justiça

relação obrigacional por elas estabelecida, sob pena de violação ao Princípio do , de modo Pacta Sunt Servanda que deve ser suscitada em ação própria, visando à revisão contratual, o que não se faz pelas vias da consignação em pagamento.

Outrossim, vejo como legítima a recusa da instituição bancária, ora recorrida, em receber as parcelas de pagamento da dívida de forma distinta da pactuada entre as partes, nos termos do art. 544, II do CPC e acertadamente disposto na sentença atacada.

A desconstituição de tais premissas, portanto, a fim de modificar o acórdão recorrido, como pretendido pela recorrente, demandaria o reexame do acervo fático-probatório dos autos, procedimento que, na via do recurso especial, encontra óbice no verbete da Súmula 7 do STJ.

Aliás, a vedação da Súmula 7 do STJ impede, por semelhantes motivos, a análise da apontada divergência jurisprudencial.

Além disso, os fundamentos do acórdão recorrido, autônomos e suficientes à manutenção do julgado, não foram infirmados nas razões do recurso especial, incidindo à espécie, portanto, o verbete da Súmula 283 do STF.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observando-se os limites previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora